

Gênero e infância no podcast “Crimes que Abalaram Minas Gerais” sobre o caso Miriam Brandão¹

Ana Luíza Rodrigues da Silva²
Karina Gomes Barbosa (coautora)³
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Resumo: Neste artigo, analisamos o episódio do podcast “Crimes que Abalaram Minas”, da Record Minas, que revisita o assassinato da menina Miriam Brandão, ocorrido em 1992 em Belo Horizonte. Partindo da crescente popularização do gênero true crime, buscamos compreender de que forma a narrativa jornalística atual lida com casos de violência extrema contra crianças e os atualiza. O problema central da pesquisa é a ausência de uma abordagem crítica que reconheça a vítima enquanto criança e menina. Utilizamos metodologia qualitativa, com base em escuta e análise de conteúdo, e fundamentação teórica nos estudos de gênero, infância e memória, com autores de perspectiva interseccional e decolonial. Observamos silenciamentos e naturalizações da violência de gênero e infantil, apontando para a necessidade de práticas jornalísticas mais sensíveis e comprometidas com os direitos humanos.

Palavras-chave: jornalismo; infância; gênero; violência; memória.

O *true crime* e a midiaticização da violência

O podcast “Crimes que Abalaram Minas Gerais” é uma série produzida pela *Record Minas* que integra o gênero *true crime* (crime real), voltado à reconstrução narrativa de crimes reais que tiveram grande repercussão em Minas Gerais. Esse formato combina elementos ficcionais, voltados à dramatização, com procedimentos próprios do jornalismo, que garantem credibilidade e veracidade à narrativa (Jauregui, Viana, 2022). A proposta da série é apresentar os fatos, explorar os contextos por meio de entrevistas com jornalistas que atuaram na cobertura e abordar os desdobramentos e impactos dos casos. Além dos episódios em áudio, a produção se desdobra em reportagens na série televisiva “Cidade Alerta – Crimes que Abalaram Minas Gerais”⁴.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 - Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), pesquisadora com bolsa de Iniciação Científica (CNPq) e integrante do Projeto *Ariadnes*, analurodriguz@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho, professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Doutora em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (UnB), karina.barbosa@gmail.com.

⁴ O episódio completo está disponível em: https://youtu.be/Fud88CjRT_8?si=xbc7wy0lt-NttQ1H. Acesso em 20 jun. 2025.

Lançado em dezembro de 2023, o primeiro episódio trata do feminicídio de Eliza Samudio. O quinto e último episódio, de 31 de maio de 2024, é dedicado ao desaparecimento e assassinato de Miriam Brandão, ocorrido em 1992, na região da Pampulha, em Belo Horizonte. Miriam foi raptada da casa de onde morava com seus pais, Jocélia e Volney Brandão, enquanto dormia e, após 16 dias de investigação, a polícia identificou os autores do crime: os irmãos William e Wellington Gontijo Ferreira, e Rosemeire Pinheiro da Silva, funcionária da farmácia da família e namorada de um dos sequestradores. O crime foi motivado pela percepção de que a família tinha boas condições financeiras, e o objetivo era obter dinheiro para quitar dívidas com rinhas de galo. Apesar do pedido de resgate de 150 mil dólares, Miriam foi morta por asfixia no segundo dia de cativo por, segundo os assassinos, chorar demais. Seu corpo foi esquartejado e carbonizado. Ao fim do caso, restaram apenas cinzas e dois dentes da criança.

A morte violenta de Miriam Brandão ocorreu em um contexto de intensa violência urbana no Brasil, em uma década marcada pelo crescimento dos homicídios provocados por armas de fogo em todo o país (Peres; Santos, 2005). Matéria do *R7* (2022, doc.s/pag.), mesmo conglomerado midiático que produziu o episódio sobre Miriam, narra:

Assassinatos, sequestros, chacinas... São crimes que marcaram os anos 1990. E não é difícil lembrar desses casos que chocaram o país na época. Muitas vezes é só citar um nome para que as lembranças venham à mente. Quer testar? Maníaco do Parque, Chacina de Acari, Caso Míriam, Atirador do Shopping e tantos outros.

É possível incluir outros acontecimentos na lista, como o assassinato do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos, em 1997, em Brasília. E, para além de casos notórios como os citados, foi na década de 1990 que se deu o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PPC), dois anos após o Massacre do Carandiru (2001), em São Paulo; e as Chacinas da Candelária e de Vigário Geral, em 1993, no Rio de Janeiro – fenômenos de violência social ampla em grandes metrópoles. Em Minas Gerais, houve na década de 1990 aumento da criminalidade violenta, sobretudo na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (Batitucci; Cruz; Ribeiro, 2005). Em

pesquisa nas capas e páginas policiais do jornal *Estado de Minas* na época do assassinato de Miriam, nos deparamos com uma série de outros crimes violentos, especialmente sobre corpos femininos.

Com o título “Crimes que Abalaram Minas Gerais: relembre o assassinato de Miriam Brandão”⁵, o episódio de podcast em análise dura 52 minutos e 55 segundos e é o objeto deste estudo, parte de um projeto mais amplo sobre a midiaticização de feminicídios e violências contra meninas na história da comunicação brasileira, no qual nos debruçamos sobre acontecimentos como o feminicídio de Ana Lúcia Braga, em 1973 em Brasília, Maria, a “Menina Sem Nome”, assassinada em 1970, no Recife, além de representações audiovisuais seriadas que trazem corpos femininos infantis como vítimas.

A análise tem abordagem qualitativa, com escuta atenta do episódio e revisão bibliográfica. A partir da análise do conteúdo, consideramos aspectos narrativos, sonoros e discursivos. Buscamos identificar padrões, ausências e estratégias de construção da narrativa. A escolha pelo podcast se justifica pelo crescimento do formato *true crime* no jornalismo contemporâneo, especialmente em produções que mesclam narração envolvente, entrevistas e arquivos históricos. Além disso, o podcast é um dos formatos jornalísticos recentes a acionar a morte de Miriam, atualizando-a e reinserindo-a na memória social mineira. Conforme Jauregui e Viana (2022), o radiojornalismo narrativo em formato podcast articula três dimensões principais: o estilo narrativo, que se aproxima das estruturas da ficção; o jornalismo, com seus protocolos de apuração e compromisso com a veracidade; e a linguagem radiofônica, marcada pelo uso expressivo da sonoridade. A escuta analítica buscou identificar como esses elementos se articulam na construção da memória sobre o caso de Miriam Brandão, com atenção especial à presença (ou ausência) de marcadores sociais de gênero e infância.

A narrativa da reconstrução e do horror

⁵ O episódio completo está disponível em:

<https://noticias.r7.com/minas-gerais/jornalista-revela-bastidores-da-cobertura-da-morte-de-miriam-brandao-assassinada-aos-5-anos-de-idade-31052024/>. Acesso em 20 jun. 2025.

O episódio do podcast se inicia com um resumo do caso, relatando o que aconteceu. A narração da apresentadora Shirley Barroso descreve o crime em detalhes: “Miriam foi sufocada com éter, estrangulada, esquartejada e queimada” (1:28 a 1:33). A narrativa é acompanhada por uma trilha sonora de suspense e trechos sonoros de reportagens da época. A maior parte do episódio consiste em uma entrevista com a jornalista Mônica Miranda, que cobriu o caso pela rádio *Itatiaia*. Ela começa contando como era a rotina da cobertura policial e relembra que os jornalistas ficavam próximos a uma praça, perto da casa da menina, observando a família no período do desaparecimento.

O episódio adota uma estrutura de bate papo entre Shirley Barroso e Mônica Miranda. As jornalistas alternam comentários e reflexões, mesclando fatos com especulações sobre os acontecimentos. Ao longo do episódio, levantam hipóteses sobre o dia do assassinato de Miriam e mencionam outros casos de crimes brutais envolvendo figuras públicas, como Daniela Perez, que aconteceu na mesma época e dividiu a comoção pública com as informações sobre Miriam. As jornalistas também discutem as limitações do sistema penal brasileiro, referindo-se ao Código Penal como “arcaico”. Elas lamentam que os condenados pelo assassinato de Miriam já tenham sido libertos, devido à progressão de penas, medida que, segundo elas, dá a sensação de que o crime compensa.

Para Pinto e Silva (2022), o *true crime* “constrói-se, nesses relatos, uma linguagem que trafega entre o ambiente forense, o linguajar cotidiano da vida urbana e a atmosfera folclórica que cerca histórias de mistério”. No podcast da *Record Minas*, predomina justamente esse linguajar cotidiano, o que torna a narrativa mais acessível, mas também contribui para a naturalização da violência e o descaso com a gravidade do acontecimento. Em alguns momentos, a conversa assume um tom descontraído que beira o mórbido (grifos nossos): “vizinhos sentiram *cheiro de carne* e eles disseram que era *churrasco*” e “eles se desesperaram e pronto, acabaram com a menina, com a Miriam, e *fritaram, assaram*, sei lá, colocaram ela na chapa e eu enxergava até a fumaça quando veio a notícia” (13:45 a 14:04), comenta Mônica. Shirley acrescenta depois: “E sobraram só os dentinhos” (14:20). Em outro momento, Mônica diz: “uma criança de 5 anos retirada da sua cama, uma criança dormindo tranquila é retirada por um *demônio*, sei lá, por uma *bruxa*, eu tô entrando no mundo infantil agora” (6:49).

Ao longo do episódio, diversas falas reforçam a brutalidade do crime, mas sem reflexão mais profunda sobre os marcadores sociais que envolvem a vítima. Quando Mônica comenta: “Mesmo se fosse o menino, eles não pensaram: nós temos que preparar alguma coisa... mas eles não prepararam” (8:50), ignora o fato de Miriam ser uma menina e o quanto isso a tornava ainda mais vulnerável. A ausência de gênero e classe como categoria analítica é perceptível, embora seja evidente o peso simbólico de o crime ter sido cometido contra uma criança do gênero feminino.

Gomes Barbosa (2024, p. 16) afirma que a mídia contemporânea constroi um “ser-menina outrizado, reduzido a espaços de contenção e domesticação do corpo feminino (bem como da subjetividade feminina) e interditado a atuar na esfera pública. Um ser-menina, portanto, desempoderado”. A menina é um corpo compreendido como não adulto (mas pode ser⁶), socialmente lido como um corpo infantil ou adolescente, idealmente ainda excluído das esferas de produção e reprodução social, a despeito da existência cotidiana e estrutural de violações como o abuso sexual, o trabalho infantil ou a exploração sexual infantil, entre outros. Como estariam ainda “excluídas” do mundo dos adultos, seriam, portanto, inocentes, puras, e deveriam estar protegidas; contudo, os dados mostram a precariedade exacerbada a que muitas meninas estão sujeitas, sobretudo aquelas atravessadas por diversas opressões. Assim, menina é um termo instável, em disputa, entre a idealização, a exclusão e a violação de direitos – posições demarcadas pelos diversos marcadores sociais como raça, deficiência, classe, entre outros.

Para Gomes Barbosa (2024, p. 16), menina configura “categoria contingente entre infância e vida adulta construída historicamente por meio de discursos e tecnologias que incluem (não exclusiva mas majoritariamente), por sua vez, infância, pré-adolescência, adolescência e juventude”. No episódio, Miriam é descrita como menina, garota, filha, criança, quase um bebê. Essas expressões demarcam um lugar de feminilidade infantil subjugado (quase bebê) ou ligado à masculinidade (do pai).

A conversa do episódio também flerta com o humor em certos momentos, o que a torna ambivalente, pois as jornalistas reiteram a todo momento a brutalidade do caso. Expressões como “plano chinfrim” e “plano pé duro” (17:35) oferecem uma

⁶ Há corpos adultos lidos como femininos que se autoidentificam como meninas, a partir da adesão a uma estética *cute* de consumo e comportamento.

perspectiva que banaliza o crime. Há ainda falas que insinuam o que as jornalistas teriam feito com o criminoso se estivessem no lugar da polícia: “Se fosse a gente, tinha dado um soco nele”, que ocorrem em tom quase cômico, mesmo ao tratarem de um assassinato.

A relação de Mônica com o caso é de muita proximidade e envolvimento, por ter vivido a história enquanto tudo estava acontecendo. Janet Malcolm (2007) afirma que “não se deve sair por aí anunciando os próprios sentimentos. Isso é jornalismo diário”. No entanto, é possível expressar sentimentos no jornalismo, desde que isso seja feito com criticidade e respeito às vítimas. O que não aconteceu durante o episódio. Com uma perspectiva de fabulação, Mônica afirma sentir raiva e revela o pensamento de que se o crime tivesse acontecido hoje, “a Miriam não seria morta. Porque tem muita tecnologia” (17:54). A mistura de sentimentos se intensifica quando ela relata o momento em que olhou para os acusados: “Era tanta emoção, a mistura de adrenalina, raiva, sentimento de tristeza...” (19:35).

O episódio dedica bastante atenção à figura de Jocélia, mãe de Miriam, e à forma como ela lidou com o crime ao longo dos anos. As jornalistas mencionam o Instituto Miriam Brandão (32:50) e comentam com empatia sobre a atuação da mãe, reconhecendo seu engajamento e sofrimento. Ainda assim, a abordagem continua centrada na comoção e nos “e se”, como quando especulam: “e se ela tivesse esquecido a bolsa?”, “e se o pai tivesse acordado antes?” (23:25), reforçando uma narrativa por meio da fabulação da tragédia. Especulações dessa natureza contribuem, ainda, para construir uma narrativa responsabilizando a família pelo crime – se eles tivessem feito algo diferente, a menina estaria viva.

A narrativa investe tempo na reconstrução gráfica da violência e pouco na explicação de suas causas estruturais, como o crescimento da violência urbana no período. As jornalistas também questionam o motivo do crime, dizendo que foi “pra pagar dívida de rinha de galo” (21:55), e em seguida discorrem sobre vícios, com Mônica dizendo que é “viciada em buraco” – o que provoca um esvaziamento da seriedade do tema, além de parecer que, se a motivação fosse maior, o assassinato seria mais fácil de entender. Elas mesmas apontam que o crime é brutal, mas se perdem na conversa e acabam tirando a seriedade da situação. Em diversos momentos, o podcast

parece menos sobre Miriam e mais sobre a opinião de ambas a respeito do caso e seus contornos.

Apesar da indignação, o episódio não apresenta uma abordagem crítica sobre o fato de Miriam ser uma menina e uma criança, marcadores que intensificam sua vulnerabilidade (Butler, 2020). A ausência desse olhar revela um silenciamento frequente na cobertura de crimes contra meninas: em geral, tratam-se de coberturas com baixa densidade informativa (há informações insuficientes sobre a vítima, lacunas de apuração, inclusive no lead, inconsistências de dados básicos, como grafia do nome⁷); enquadramento policial (as fontes costumam ser todas ou majoritariamente policiais ou jurídicas); e sem especialização de gênero ou infância, conforme fica explícito pela ausência de fontes especializadas, legislações acionadas e conceitos explicados ao público. Como aponta Gomes Barbosa (2022), os assassinatos de meninas são atravessados por um “lapso de conhecimento”, reflexo do status subalterno que ocupam nos estudos de gênero – e jornalismo.

A narrativa emocionalmente carregada opera sobretudo pela comoção e pelo reforço do horror, sem tensionar a estrutura social que permite e repete violências contra meninas e sem enquadrar os crimes cometidos contra esses corpos em uma moldura de gênero, que perceba esta categoria social em suas especificidades. Assim, a escuta analítica revelou que a abordagem jornalística adotada reforça uma memória marcada pela espetacularização e pelo esquecimento seletivo, especialmente sobre as dimensões de gênero e infância que atravessam o caso de Miriam Brandão.

A infância é acionada em uma dimensão idealizada, da inocência e violência contra um anjo, o que retira Miriam da esfera humana, como mostra a frase de Soraya que encerra o episódio: “Enfim, espero que ela esteja com Deus, ela está, né!”, seguida por trechos da mãe de Miriam, Jocélia Brandão, falando sobre as memórias com a filha. Ao mesmo tempo, os assassinos também não são tratados como humanos: são sub-humanos, “monstros”, “demônios”. O acionamento de imagens bíblicas – céu, anjo, demônio – ressalta ainda a moralidade com que o crime é tratado, na chave religiosa da punição eterna. Essa é outra estratégia que retira o crime de sua dimensão terrena,

⁷ Esse foi o caso de Miriam, cujo nome foi grafado de diversas maneiras ao longo da cobertura jornalística em 1992.

humana: as estruturas que o circundam estão *aqui*, e suas características devem ser debatidas a partir do humano.

Ainda que a discussão busque dar espaço a familiares, a ausência de uma problematização sobre gênero e infância enfraquece o potencial crítico da narrativa, que se ancora na comoção e no afeto e reforça o consumo midiático do sofrimento e do absurdo como forma de entretenimento.

Considerações finais

Em termos quantitativos, é possível observar que um tempo considerável do episódio, cerca de 20 minutos dos 52 totais, é dedicado à descrição do crime e das emoções pessoais, enquanto nenhum bloco estruturado discute gênero ou infância como marcadores sociais, mesmo com múltiplas menções à vítima e à família. O tempo dedicado à figura da mãe é expressivo, mas a dimensão coletiva da violência contra meninas é apagada. Esses dados apontam para um uso da linguagem emocional e sensacionalista, que mobiliza sensações. Mas silencia a desigualdade de gênero na infância e em outros âmbitos, como ao citar as mortes de Daniela Perez e Marielle Franco, sem apontar que foram feminicídios e, no caso do segundo, um feminicídio político.

Não podemos negar que a atenção recebida pelo acontecimento se dá, em parte, pela posição ocupada por Miriam: uma menina branca, de família de classe média alta (o pai era médico, como ressalta uma capa do jornal *Estado de Minas* sobre o caso). Ainda que essa posição de relativo privilégio contribua para a noticiabilidade do assassinato, ao longo da cobertura é a brutalidade do crime, e não a condição de menina, que sustenta a atenção do jornalismo e, sobretudo, sua atualização, como a realizada pelo podcast “Crimes que Abalaram Minas Gerais”.

Ainda que se apresente como jornalismo, o pacto com a veracidade é diversas vezes tensionado pelas fabulações das jornalistas, que conversam e especulam sobre futuros do pretérito, sem embasamento em dados jornalisticamente obtidos. A aderência ao *true crime* evidencia uma conversa marcada pela perspectiva do crime e castigo, e deixa em segundo plano a dimensão estrutural, bem como da violação de direitos, que poderia dar conta de maneira mais nuançada dos marcadores sociais de Miriam. O que

fica nítido, no episódio, é que a conversa é menos sobre a vítima, menos sobre Miriam Brandão, e mais sobre seu assassinato, do qual ela é quase uma coadjuvante passiva.

Referências

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, M. V. G. ; RIBEIRO, L. M. L. . Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte: reflexos nas políticas de segurança. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GOMES BARBOSA, K. Gênero, datacolonialismo e violência nas infâncias: tudo o que a Netflix sabe sobre minha filha. **Galáxia**, v. 49, p. 1-24, 2024.

GOMES BARBOSA, K.; SANTANA, A.. **De simulações desumanizadoras a fabulações críticas: reparar violências jornalísticas à “Menina sem Nome”**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 22., 2024, Belém. **Anais...** Belém: Galóá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2024/trabalhos/de-simulacoes-desumanizadoras-a-fabulacoes-criticas-reparar-violencias-jornalist?lang=pt-br>. Acesso em: 21 jun. 2025.

GOMES BARBOSA, K. Ser-menina e a imagem de Greta Thunberg na capa da revista Time. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n276367. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/76367>. Acesso em: 11 jun. 2025.

JÁUREGUI, C; VIANA, L. Relatos sonoros de um crime: O Caso Evandro pela ótica do True Crime. **Revista FAMECOS**, v. 29, n. 1, p. e41123, 2022. DOI: 10.15448/1980-3729.2022.1.41123. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/41123>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JUSTINO, A. B. N.; SILVA, A. L. R. da; GOMES BARBOSA, K. **Gênero, infância e violência**: os assassinatos de Ana Lúcia Braga e Miriam Brandão no Correio Braziliense e Estado de Minas. No prelo.

MALCOLM, J. **O jornalista e o assassino**: uma questão de ética. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Coleção Jornalismo Literário. Selo Companhia de Bolso).

PERES, Maria Fernanda Tourinho; SANTOS, Patrícia Carla dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90:: o papel das armas de fogo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 1, n. 39, p. 58-66, jan. 2005.

PINTO, C. F. J.; SILVA, L. V. e. **A análise psicológica no True Crime: um estudo dos podcasts Modus Operandi e Assassinos em Série**. Revista Insólita, v. 2, n. 4, p. 27-44, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/insolita/article/view/4481>. Acesso em: 21 jun. 2025.

R7 ESTÚDIO. 1990, a década do crime. 2022. Disponível em:
<https://estudio.r7.com/1990-a-decada-do-crime-05122022>. Acesso em: 21 jun. 2025.